

Nota Informativa

Edição 100/2023

DESTAQUES

MDH recomenda novo marco regulatório para combater discursos de ódio

Relator do projeto do Carf mantém voto de qualidade do governo, mas exclui multas

Vício em tecnologia e redes sociais será discutido na CAS nesta quinta

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Internet nas escolas: Câmara autoriza que verba bilionária da pandemia pague rede sem fio

REFORMA TRIBUTÁRIA

Bloco de 140 deputados fecha apoio a pls do carf e da reforma tributária; veja quem são

Congresso não pode perder chance de votar tributária, diz Padilha

Fiesp prepara movimento de apoio à reforma tributária

Bolsonaro diz que PL vai recomendar a seus parlamentares rejeitar proposta de reforma tributária.

Lira critica setores contrários à reforma tributária: 'Não querem Brasil mais simplificado'

Tributária será votada quando tiver quorum, diz Lira

Governo avalia reduzir prazo de transição para taxaço no destino, diz Appy

Senado deve votar reforma tributária: ela está madura, diz Pacheco

Prefeitos vão a Brasília pressionar por mudanças na tributária

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

'Mercado já projeta corte de juros na curva futura', diz Galípulo em sabatina na CAE do Senado

Projeto sobre o Carf prevê 'Refis' e voto de qualidade

Fazenda elevará projeção de crescimento do PIB para 2,5% a 3%

POLÍTICA

Cancelada reunião da comissão da MP sobre prazo de novas regras para licitações

CAE aprova indicações de Gabriel Galípolo e Ailton Santos ao Banco Central

Senado debate a respeito das prioridades e demandas do novo PNE

Pacheco pauta Marco das Garantias para quarta-feira no plenário

Câmara prossegue nesta terça-feira o esforço concentrado de votações de pautas econômicas do Governo

RELAÇÕES EXTERIORES

Lula diz que é inaceitável novas exigências feitas pela União Europeia no acordo com o Mercosul

Cúpula do Mercosul discute acordo com União Europeia

Governo Lula quer transformar sistema de pagamentos bilateral do Mercosul em multilateral

TRABALHISTA

Sancionada lei que busca garantir igualdade salarial entre mulheres e homens

DESTAQUES

MDH recomenda novo marco regulatório para combater discursos de ódio

Poder Executivo | **03/07/2023 – 21h27min**

O Relatório de Recomendações para o Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo no Brasil, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), recomenda um novo marco regulatório para as plataformas digitais e inteligência artificial como forma de favorecer a democracia no ambiente digital. O texto foi apresentado na segunda-feira (3) na capital federal. De acordo com o relatório, enfrentar o discurso de ódio e extremismo no Brasil passa por fortalecer e promover um novo marco regulatório para as plataformas digitais “com o objetivo de favorecer um espaço digital mais democrático e seguro para a convivência humana, mitigar os efeitos danosos sobre os direitos humanos, ampliar os níveis de transparência e efetivar a responsabilização por atos violentos e ameaçadores da dignidade humana”. O documento foi elaborado por membros de instituições de Estado, como ministérios, e 24 representantes da sociedade civil – acadêmicos, comunicadores, e influenciadores digitais, além de observadores internacionais convidados. Integraram o grupo nomes como a antropóloga Débora Diniz, o professor titular do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), Christian Dunker, e o influenciador digital Felipe Neto. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relator do projeto do Carf mantém voto de qualidade do governo, mas exclui multas

Poder Legislativo | **04/07/2023 – 09h10min**

O relator do projeto ([PL 2384/23](#)) que altera o funcionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), deputado Beto Pereira (PSDB-MS), apresentou na segunda-feira (3) o seu parecer. O texto manteve o voto de qualidade favorável ao governo quando houver empate nas decisões do Carf, tribunal administrativo que julga causas tributárias. Desde 2020, o empate entre os julgadores beneficia o contribuinte, regra introduzida pela [Lei 13.988/20](#). O deputado, no entanto, acolheu um acordo entre o governo e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que exclui as multas e juros de mora cobrados dos contribuintes quando o julgamento for favorável ao Fisco pelo voto de qualidade. Nesse caso, também haverá cancelamento da representação fiscal para fins penais – ato em que a Receita leva ao conhecimento do Ministério Público fato que configure, em tese, crime. “As medidas propostas são positivas, pois introduzem um modelo colaborativo entre o Fisco e o contribuinte, em benefício mútuo”, argumentou Beto Pereira. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Vício em tecnologia e redes sociais será discutido na CAS nesta quinta

Poder Legislativo | 03/07/2023 – 17h26min

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) fará audiência pública na quinta-feira (6) para debater o vício em tecnologia e redes sociais, o aumento da incidência do problema e suas consequências. O tema foi proposto em requerimento ([REQ 9/2023](#)) de autoria do senador Eduardo Girão (Novo-CE), aprovado em março deste ano. A reunião está marcada para iniciar às 9h, na Ala Senador Alexandre Costa, sala 9. O senador argumenta que o vício em tecnologia é um fenômeno cada vez mais comum na sociedade hoje, no Brasil e em outras partes do mundo. Situação que foi agravada pela pandemia de covid-19 e o decorrente isolamento social, ressalta o parlamentar. No documento, Girão destaca que o uso descontrolado de tecnologias como as redes sociais, os sites de relacionamentos, as ferramentas de busca, os serviços de streaming, as compras on-line, os jogos eletrônicos e outras ferramentas facilmente disponíveis a todas as pessoas tem sido responsável pelo surgimento ou agravamento de doenças decorrentes do sedentarismo e de enfermidades psiquiátricas como depressão, ansiedade, síndrome do pânico, distúrbios alimentares e do SONO. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Internet nas escolas: Câmara autoriza que verba bilionária da pandemia pague rede sem fio

Poder Legislativo | 04/07/2023

Plenário da Câmara dos Deputados aprovou na segunda-feira, 3, um projeto de lei que altera os destinos possíveis dos R\$ 3,5 bilhões liberados para Estados e municípios em decorrência da pandemia de Covid-19 para contratar soluções de conectividade para aulas remotas (PL 2617/2023). A proposta prevê expressamente que a verba poderá ser usada para contratação de banda larga nas instituições, para atividades presenciais. A matéria agora segue para o Senado Federal. O recurso bilionário foi determinado pela Lei nº 14.172 de junho de 2021, no entanto, o projeto levou todo o período mais crítico da pandemia para tramitar e enfrentou resistência do governo Bolsonaro em liberar o recurso – chegando a abrir processo no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o repasse. O valor só foi liberado em janeiro de 2022, já com aulas presenciais e híbridas, com isso, os valores não foram aproveitados. O substitutivo mantém no texto a previsão de que o recurso deve beneficiar inscritos no CadÚnico e os localizados nas comunidades indígenas e quilombolas. Para que isso ocorra, serão priorizados os estabelecimentos de ensino com a presença de estudantes

deste perfil. Fonte: TeleSintese

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Bloco de 140 deputados fecha apoio a pls do carf e da reforma tributária; veja quem são

Poder Legislativo | 04/07/2023 – 15h35min

O bloco partidário formado pelo MDB, PSD, Republicanos e Podemos na Câmara dos Deputados decidiu fechar voto em favor de duas das principais pautas econômicas marcadas para essa semana: o projeto de lei que retoma o voto de qualidade em recursos do Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf) e à proposta da reforma tributária. Eles, contudo, ainda buscam mudanças no texto. As emergenciais estão no projeto do Carf, previsto para ser votado ainda hoje. Os quatro partidos representam tanto as alas moderadas do governo quanto da oposição. Juntos, eles contabilizam 139 deputados, podendo fazer a diferença tanto para a aprovação quanto para a rejeição dos dois projetos. Ao Congresso em Foco o líder do bloco, deputado Antonio Brito (PSD-BA), afirmou que a decisão do grupo foi formatada ainda no final de semana. Apesar do apoio, os parlamentares ainda buscam mudanças no texto. “A posição do bloco é favorável aos dois projetos, mas vamos conversar com os relatores e colocar nossas posições sobre mudanças que vamos solicitar”, afirmou o deputado. Os deputados Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), relator da reforma tributária, e Beto Pereira (PSDB-MS), relator do voto de qualidade do Carf, participam de uma reunião com o bloco para ouvir as demandas. Mais cedo, o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), cancelou a reunião de líderes que havia sido convocada por ele próprio para o começo da tarde. A decisão ocorre em meio à pressão de governadores e prefeitos para mudanças em torno do texto da reforma tributária. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Congresso não pode perder chance de votar tributária, diz Padilha

Poder Legislativo | 04/07/2023 – 10h54min

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse na 3ª feira (4.jul.2023) que o Congresso “não pode perder a oportunidade de dar um passo decisivo para o país” ao deixar de aprovar a reforma tributária. Padilha lembrou que o texto foi proposto pelos próprios congressistas. Afirmou que a expectativa é passá-lo ao menos na Câmara ainda no 1º semestre. “É uma oportunidade única”, disse em entrevista à CNN Brasil. Ele negou que a reforma aumentará a carga tributária sobre a cesta básica ou qualquer outro produto. Segundo Padilha, a medida “vai simplificar os impostos e acabar com balbúrdia tributária do país”, facilitando a vida de comerciantes e consumidores. “O relator [Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)] tem feito um trabalho muito importante nisso e nós estamos a disposição para ajudar no que for necessário, de esclarecer, de dialogar e deixar claro que não tem aumento tributário, pelo contrário, é algo que todo mundo vai ganhar”, declarou. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fiesp prepara movimento de apoio à reforma tributária

Mercado | 04/07/2023 – 09h59min

Em contraponto às manifestações contrárias à reforma tributária, a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp) prepara um movimento de apoio à proposta. A ideia surgiu após vários representantes do setor de serviços terem buscado apoio do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), para adiar a votação da proposta no plenário da

Câmara, marcada para esta semana. A Fiesp ainda está avaliando o melhor formato para conduzir o movimento de apoio diante do crescimento de diversas contrárias à proposta, que cresceram após o governador de São Paulo abrir o Palácio dos Bandeirantes, sede do governo estadual, para receber na sexta-feira passada (30) os descontentes. Entre os críticos, que cobram mais tempo para a votação da reforma, estão os dirigentes da Abrava (Refrigeração e Ar Condicionado); Aberc (Refeição Coletiva), Abrafesta (Festas e Eventos), Sescon-(Contabilistas), CNTUR (Turismo), FHORESP (Hotelaria, Restaurante e Turismo), Cebrasse (Central Brasileira de Serviços), Abralimp (Limpeza), Febrac (Asseio e Conservação), Sindeprestem (Trabalho Temporário e Mão de Obra Terceirizada), SindHosp (hospitais), Fenep (Escolas Particulares) Sinstal (Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura, Cabo, MMDS, DTH e Telecomunicações) e ABT (Associação Brasileira de Telesserviços.) Os negociadores da reforma no Congresso avaliam que adiar a reforma para agosto, após o recesso parlamentar do meio do ano, traz risco para o calendário de aprovação do texto ainda este ano, já que a proposta tem que passar pelo Senado, onde já se espera uma tramitação mais lenta. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Bolsonaro diz que PL vai recomendar a seus parlamentares rejeitar proposta de reforma tributária.

Poder Legislativo | 04/07/2023 – 08h59min

O ex-presidente Jair Bolsonaro informou na terça-feira nas suas redes sociais que o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e o líder do partido na Câmara, deputado federal Altineu Cortes (RJ), encaminharão 'junto aos seus 99 deputados' pela rejeição total da PEC da reforma tributária. O anúncio é precedido de uma série de tuítes intitulada "Reforma Tributária do PT: um soco no estômago dos + pobres", onde Bolsonaro cita a atuação tributária de seu governo e critica o aumento da carga tributária proposto pela reforma. "Em nossa gestão diminuimos em 1/3 o IPI de + de 4.000 produtos, zeramos impostos federais dos combustíveis e, via CAMEX, pneus de caminhões, remédios contra câncer, HIV, peças de tratores, games, itens hospitalares, etc.", citou em um dos posts, seguido pela informação de que, mesmo com tais reduções, "batemos recorde de arrecadação e terminamos 2022 com superávit primário". Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira critica setores contrários à reforma tributária: 'Não querem Brasil mais simplificado'

Poder Legislativo | 03/07/2023 – 22h33min

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), criticou na segunda-feira, 3, setores que são contrários à reforma tributária. "Não querem um Brasil mais simplificado", declarou. O deputado alagoano convocou sessões deliberativas na Casa para todos os dias da semana com o objetivo de destravar temas econômicos. Na pauta, estão o projeto de lei que retoma o chamado "voto de qualidade" no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), as alterações do Senado no arcabouço fiscal e a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e a reforma do sistema tributário. "Tem muita gente que está sendo contra. Tem alguns setores que não querem uma reforma, não querem um Brasil mais simples, não querem um Brasil mais seguro, um Brasil mais simplificado para, justamente, oportunizar essas desavenças, essas situações, para ter êxito nas suas profissões. É só quem eu estou vendo declaradamente contra. Os outros estão querendo contribuir para que o texto seja aperfeiçoado, cada um preocupado, lógico, com os seus problemas", disse Lira, ao chegar à Câmara. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Tributária será votada quando tiver quorum, diz Lira

Poder Legislativo | 03/07/2023 – 21h35min

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse na 2ª feira (3.jul.2023) que não há data definida na semana para votar a reforma tributária porque só colocará o texto em votação quando atingir quorum para a aprovação. A reforma é uma pauta prioritária para Lira e para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “Não há data. Precisamos primeiro ter o resultado do placar dos partidos para ver como as siglas estão”, afirmou o presidente da Casa Baixa. Lira encomendou para a semana com líderes partidários um levantamento de quantos votos favoráveis a reforma tributária há em cada partido. Enquanto todos os partidos não entregarem esses números, o congressista segurará a reforma. “Eu só espero que o clima continue como um projeto de país e não vire uma batalha entre governo e oposição”, complementou o presidente da Câmara. O congressista disse que não há qualquer tipo de “paixão” pelo texto do relator, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), e que ele pode ser alterado. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo avalia reduzir prazo de transição para taxaço no destino, diz Appy

Poder Legislativo | 03/07/2023 – 18h56min

O secretário extraordinário da Reforma Tributária, Bernard Appy, disse na segunda-feira (3) que o governo está avaliando reduzir o prazo de transição da taxaço na origem (local de produção) para o destino (local de consumo) previsto na reforma, ao citar que alguns estados pedem uma antecipação para 26 anos, ante os 50 anos previstos no texto da reforma. “Estamos avaliando se isso é possível de ser feito, como é possível de ser feito”, afirmou Appy durante reunião do chamado Conselho. “Pode-se discutir um prazo mais curto, mas ele tem que ser aceitável para aqueles entes que perdem participação no bolo, não dá para dizer que a União vai ter que botar dinheiro para cobrir os perdedores”, acrescentou. Appy disse ainda que o governo está montando uma estrutura de imposto que evite ao máximo a sonegação, mas acrescentou que não poderia detalhar por se tratar de uma questão operacional. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado deve votar reforma tributária: ela está madura, diz Pacheco

Poder Legislativo | 03/07/2023 – 18h11min

O calendário da reforma tributária (PEC 45/2019) está desenhado: a Câmara dos Deputados pode votar a proposta já nesta semana, e o Senado se prepara para se debruçar sobre ela no segundo semestre. O tema é uma das principais promessas na agenda política nacional há anos, encabeçando a pauta de todas as legislaturas do Congresso Nacional. Com a aprovação das duas Casas, as mudanças no sistema de tributação do país poderão ser promulgadas neste ano. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, fez menção a essa longa espera na semana passada, quando falou durante um evento da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Pacheco diz contar com o “bom senso” dos parlamentares em relação ao momento de oportunidade para que o Congresso aprove o texto que tem nas mãos. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Prefeitos vão a Brasília pressionar por mudanças na tributária

Poder Executivo | 03/07/2023 – 15h58min

Os prefeitos de diferentes cidades do país vão a Brasília na 3ª feira (4.jul.2023) para mobilizar deputados por mais mudanças no texto da reforma tributária, cujo relator é

Aguinaldo Ribeiro (PP-PB). O ato é organizado pela FNP (Frente Nacional de Prefeitos) e será realizado no Salão Verde da Câmara dos Deputados, às 17h (horário de Brasília). Chefes dos Executivos municipais querem discutir uma alternativa para que não percam autonomia de arrecadação, já que o texto propõe a incorporação do ISS e ICMS em um único imposto, o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços). Entre as presenças confirmadas estão os prefeitos de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), e de Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD). Também participa o prefeito de Aracaju (SE) e presidente da FNP, Edvaldo Nogueira (PDT). Não são só os municípios que estarão em Brasília na semana pressionando por mudanças na reforma tributária. Governadores do Sul e Sudeste também discutem reivindicações com deputados na 3ª feira (4.jul). Há diferentes divergências em relação ao projeto, que pode não ser aprovado na semana. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

'Mercado já projeta corte de juros na curva futura', diz Galípolo em sabatina na CAE do Senado

Poder Legislativo | 04/07/2023 – 10h54min

O indicado à diretoria de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou há pouco que o mercado "já projeta" cortes na curva futura de juros e citou medidas do Ministério da Fazenda, que, com a taxa básica mais baixa, "podem estimular o retorno dos investimentos e de crescimento mais sustentável pelos próximos anos". "O crescimento do Brasil não depende só de questão externa, como bem colocou o presidente do Banco Central, Roberto Campos, se a gente continuar com premissas de um crescimento potencial de 1,5% ou 1,6% e uma taxa de juros neutra de 4,5%, por mais sofisticado que sejam os modelos e os economistas que tratam dos modelos, a relação dívida/PIB não vai apresentar um bom comportamento", disse em sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal. "Como também disse o presidente Roberto Campos, a única solução é crescer e para crescer é preciso seguir a agenda econômica (...) Não cabe a nenhum economista, por mais excelência que ele tenha, impor o que ele entende ser o destino da economia do país à revelia da vontade democrática e de seus representantes eleitos.", complementou. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Projeto sobre o Carf prevê 'Refis' e voto de qualidade

Poder Legislativo | 04/07/2023 – 05h01min

O deputado Beto Pereira (PSDB-MS) divulgou ontem parecer ao projeto de lei do Carf com a previsão de uma espécie de "Refis" nos quatro meses seguintes à sanção da lei, oferecendo condições especiais para o pagamento de dívidas tributárias "ainda não constituídas". Não haverá multa se o contribuinte reconhecer o débito e pagá-lo. O parcelamento será em até 60 meses, com desconto gradual nos juros conforme o prazo. O contribuinte também poderá usar prejuízo fiscal e precatórios para quitar os débitos. Já o voto de qualidade voltará a existir. Em caso de empate nos julgamentos, o representante da Receita decidirá a questão. Se a União vencer, o contribuinte terá que pagar o total da dívida, mas será isento da multa de ofício. Se quitar o débito sem ir à Justiça, ficará isento dos juros e poderá pagar em até 12 parcelas. A redação de um dispositivo do substitutivo do projeto de lei do Conselho Administrativo sobre Recursos Fiscais (Carf) que consta no parecer do deputado Beto Pereira (PSDB-MS) não foi bem recebida por integrantes do Ministério da Fazenda, segundo apurou o Valor. O trecho, segundo a interpretação feita por integrantes da equipe econômica, dá margem para negociação de dívidas (transação)

referentes a créditos considerados recuperáveis, o que seria um Refis, rejeitado pelo órgão em um momento no qual a pasta trabalha para elevar a arrecadação. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fazenda elevará projeção de crescimento do PIB para 2,5% a 3%

Poder Executivo | 03/07/2023 – 19h36min

A estimativa oficial de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos) subirá de 2,5% para 3% em 2023, disse na segunda-feira (3) o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Guilherme Mello. A nova projeção será divulgada no fim do mês, quando a pasta apresentar as novas estimativas para o Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas. “Nossa previsão inicial era de 2%, enquanto o mercado esperava menos de 1%. Mas este cenário será revisado para cima. Estamos mais próximos da realidade de crescimento de 2,5% a 3% esse ano”, afirmou o secretário, que representou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na instalação da Comissão Temática de Assuntos Econômicos do Conselho. Em maio, a Fazenda tinha projetado crescimento de 1,91% para a economia brasileira no ano. Na semana passada, o Banco Central (BC) divulgou uma estimativa mais otimista, de 2% de expansão, no Relatório de Inflação de junho. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Cancelada reunião da comissão da MP sobre prazo de novas regras para licitações

Poder Legislativo | 04/07/2023 – 14h27min

Foi cancelada a reunião de terça-feira (4) da comissão mista que analisa a [MP 1.167/2023](#), que prorrogou para até o final de 2023 o prazo de adaptação da administração pública à Nova Lei de Licitações. A reunião será reagendada. A presidente da comissão mista é a deputada Lídice da Mata (PSB-BA). A relatora é a senadora Tereza Cristina (PP-MS). Depois que passar pela comissão mista, a matéria segue para votação nos Plenários da Câmara e do Senado. A MP alterou a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133, de 2021), que unifica toda a legislação sobre compras públicas e seria obrigatória a partir de abril de 2023. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CAE aprova indicações de Gabriel Galípolo e Ailton Santos ao Banco Central

Poder Legislativo | 04/07/2023 – 14h18min

Em meio a pressão do governo e do mercado para a redução da taxa básica de juros (Selic) no país — que desde agosto de 2022 mantém-se em 13,75% — a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou na terça-feira (4) as indicações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos nomes do economista Gabriel Muricca Galípolo e do advogado Ailton de Aquino Santos para a diretoria do Banco Central (BC). O colegiado aprovou urgência para a análise das indicações em Plenário. Caso os nomes sejam aprovados, eles irão compor o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, responsável por estabelecer as diretrizes da política monetária e definir a taxa básica de juros do país. A indicação de Gabriel Galípolo para a Diretoria de Política Monetária do BC — na vaga decorrente do término do mandato de Bruno Serra Fernandes — foi relatada na CAE pelo senador Otto Alencar (PSD-BA), para quem o currículo do indicado revela “alto nível de qualificação profissional, larga experiência em cargos públicos e sólida formação acadêmica, com a devida capacitação em assuntos econômico-financeiros”. — Espera-se que tanto o Gabriel como o Ailton, à frente da diretoria do Banco Central, possam, de alguma forma, na próxima

reunião, em sendo eleitos, diminuir esse conservadorismo que tem apresentado o presidente do Banco Central, permanecendo com a taxa de juros em 13,75% já há algum tempo, quando o mercado, quando todos os indicadores mostram, já, a necessidade da sua diminuição — afirmou Otto. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado debate a respeito das prioridades e demandas do novo PNE

Poder Legislativo | 04/07/2023 – 13h36min

O Ministério da Educação (MEC) participou de uma audiência pública da Comissão de Educação e Cultura (CE) do Senado Federal para debater a respeito do tema “As redes de educação superior: prioridades e demandas no novo Plano Nacional de Educação (PNE)”. A audiência faz parte de um ciclo de debates para discutir estratégias e diretrizes para nortear a elaboração do novo PNE (2024-2034), que define metas, ações e prazos para o ensino no país e deve ser atualizado a cada dez anos. A reunião ocorreu na segunda-feira, 3 de julho. Segundo Helena Maria Sant’ana, muitos problemas relacionados à qualidade da educação superior estão associados ao crescimento vertiginoso da modalidade da Educação a Distância. “O número de ingressantes nos cursos EaD em 2021 chegou a 63% do total. Instituímos, em março deste ano, o GT EaD para coletar subsídios para regulamentação dos cursos de Direito, Odontologia, Enfermagem e Psicologia, por meio da Portaria nº 398, de março de 2023. Foram realizadas 16 reuniões ordinárias, totalizando 48 horas de debate, com a participação de cerca de 30 órgãos de classe e entidades representativas dos setores públicos e privado, para levantar os principais desafios e oportunidades relativos à educação a distância. Este debate também tem ocorrido com a presença de especialistas nessa modalidade”. Fonte: ASCOM MEC

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Pacheco pauta Marco das Garantias para quarta-feira no plenário

Poder Legislativo | 04/07/2023 – 10h08min

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), colocou na pauta de votações de quarta-feira (5), o Projeto de Lei 4.188 de 2021, que cria o Marco Legal das Garantias. O relator, senador Weverton (PDT-MA), faz os últimos ajustes no texto para a proposta ser votada na terça-feira (4), pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). É um passo anterior à deliberação em plenário. A proposta foi apresentada pelo governo de Jair Bolsonaro, mas também é do interesse da gestão de Luiz Inácio Lula da Silva. O Ministério da Fazenda vê o projeto como uma forma de destravar o crédito no País. O texto já foi analisado pela Câmara. Como os senadores devem aprovar com alterações, será necessária uma nova análise dos deputados. Fonte: InfoMoney

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Câmara prossegue nesta terça-feira o esforço concentrado de votações de pautas econômicas do Governo

Poder Legislativo | 04/07/2023 – 07h18min

A Câmara dos Deputados prossegue na terça-feira (4) o esforço concentrado para votar a pauta econômica do governo. Poderão ser analisados na sessão do Plenário, marcada para as 13h55: o projeto que garante ao governo o voto de desempate nas decisões do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - Carf ([PL 2384/23](#)); as alterações do Senado ao projeto do arcabouço fiscal ([PLP 93/23](#)); a recriação do Programa de Aquisição de Alimentos ([PL 2920/23](#)); a reforma tributária ([PEC 45/19](#)). Ao longo desta semana, a Câmara vai concentrar os trabalhos no Plenário, como informa nota divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa: "A Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados

observa que as atividades da Casa durante esta semana estão integralmente concentradas na discussão e votação da reforma tributária, da proposta que estabelece o voto de qualidade do Carf, do novo arcabouço fiscal e do Programa de Aquisição de Alimentos. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

Lula diz que é inaceitável novas exigências feitas pela União Europeia no acordo com o Mercosul

Poder Executivo | 04/07/2023 – 09h51min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse na terça-feira (04) que as exigências adicionais feitas pela União Europeia para a conclusão do acordo comercial com o Mercosul são "inaceitáveis". Em sua live semanal nas redes sociais, ele afirmou que os europeus estão colocando "a espada na cabeça" de um parceiro estratégico. Em uma carta adicional -- ou "side letter" -- enviada em maio para garantir a ratificação do acordo, os europeus exigiram sanções caso os países do bloco não cumprissem compromissos ambientais. "Nós queremos discutir o acordo. Agora, não queremos imposição para cima de nós. É um acordo de companheiros, é um acordo de parceiros estratégicos. Então, nada de um parceiro estratégico colocar a espada na cabeça do outro", disse Lula. "Vamos nos sentar, vamos tirar nossas diferenças e vamos ouvir o que é bom para os europeus, o que é bom para os latino-americanos, o que é bom para o Mercosul e o que é bom para o Brasil.". Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Cúpula do Mercosul discute acordo com União Europeia

Poder Executivo | 04/07/2023 – 07h02min

Os presidentes da Argentina, do Brasil, Paraguai e Uruguai se reúnem na terça-feira (4), em Puerto Iguazú, na Argentina, para a 62ª Cúpula do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Países Associados. O evento marcará também a transferência da presidência pro-tempore do bloco da Argentina para o Brasil, pelos próximos seis meses. Na semana passada, em entrevista coletiva, em Brasília, o secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, embaixador Maurício Carvalho Lyrio, explicou que o governo brasileiro está terminando a avaliação de pontos do acordo Mercosul-União Europeia para apresentar aos parceiros do bloco e depois levar ao grupo econômico europeu. "O governo está traduzindo as instruções do presidente Lula para um documento que será apresentado primeiro aos parceiros do Mercosul, e depois à União Europeia. É um processo que não é tão rápido porque os acordos são muito delicados e têm exigido trabalho de coordenação interna muito intenso", relatou. Negociado por mais de 20 anos, o acordo UE-Mercosul teve um anúncio de conclusão geral em 2019, mas ainda há um longo caminho para sua efetiva entrada em vigor. Isso porque o tratado precisa ser ratificado e internalizado por cada um dos Estados integrantes dos dois blocos econômicos. Na prática, significa que o acordo terá que ser aprovado pelos parlamentos e governos nacionais dos 31 países envolvidos, uma tramitação que levará anos e poderá enfrentar resistências. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo Lula quer transformar sistema de pagamentos bilateral do Mercosul em multilateral

Poder Executivo | 03/07/2023 – 19h17min

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) quer ampliar o sistema do Mercosul que

permite importações e exportações nas moedas locais e torná-lo multilateral. Hoje, o chamado Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) funciona apenas bilateralmente entre os países membros do bloco. A ideia é integrar os sistemas dos bancos centrais de Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, segundo a secretária de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito. Ela diz que essa será uma das prioridades do governo nos próximos seis meses em que o país assume a presidência rotativa do Mercosul. "É uma das formas de ampliar a convergência macroeconômica", disse ela a jornalistas após a reunião de ministros e bancos centrais do grupo, em Puerto Iguazú, na fronteira argentina das Cataratas do Iguazu, na segunda-feira (3). Rosito evitou citar datas, mas disse que é um objetivo a médio prazo, que faz parte do longo caminho até uma moeda comum defendida por Lula. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TRABALHISTA

Sancionada lei que busca garantir igualdade salarial entre mulheres e homens

Poder Legislativo | 04/07/2023 – 10h23min

Foi publicada no Diário Oficial da União de terça-feira (4), a Lei 14.611/23, que tem o objetivo de assegurar a igualdade salarial entre homens e mulheres que desempenharem a mesma função. A norma é oriunda do Projeto de Lei 1085/23, aprovado em maio pela Câmara dos Deputados e, em junho, pelo Senado Federal. O texto prevê que, na hipótese de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade, o pagamento das diferenças salariais devidas não afasta o direito de quem sofreu discriminação promover ação de indenização por danos morais, considerando-se as especificidades do caso concreto. A norma modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para determinar, em caso de descumprimento da equiparação remuneratória, o pagamento de multa que corresponda a dez vezes o valor do novo salário devido pelo empregador ao empregado discriminado, e eleva ao dobro na hipótese de reincidência, sem prejuízo de outras medidas legais. Antes, a multa era igual a um salário mínimo regional, elevada ao dobro no caso de reincidência. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br